

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira 4**



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-461-0 DOI 10.22533/at.ed.610191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES) CAMINHOS DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA NO BRASIL	
Jeferson Saccol Ferreira	
Elisa Christina Ferreira	
Júlio Alex Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910071	
CAPÍTULO 2	22
A “COLA” NA AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA VISÃO DE ALUNOS(AS) NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SÃO SEBASTIÃO, APUIARÉS-CE	
Ivan Costa Lima	
Fabiana Almeida de Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.6101910072	
CAPÍTULO 3	36
A AUTOAVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ESTÍMULO AO CRESCIMENTO PESSOAL E DE GRUPOS DE TRABALHO	
Bruna Larissa Maganhe	
Ana Luiza Carvalho de Oliveira Galvão	
Henrique Cancian	
Carmo Gabriel da Silva Filho	
Gustavo Cardoso Lima	
Nathalia Tami Nishida	
Iago Vinícius Teodoro Carraschi	
Bianca Freire Bium	
Bruna Alves Malheiros	
Mellory Martinson Martins	
Roberto Ruy Mendes de Araújo Filho	
Marcelo Machado De Luca de Oliveira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6101910073	
CAPÍTULO 4	40
A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DAS FACULDADES PRIVADAS DO SUL CATARINENSE	
Kelli Savi da Silva	
Antonio Serafim Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6101910074	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
Rafael Martins Sais	
DOI 10.22533/at.ed.6101910075	

CAPÍTULO 6 63

A UTILIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS PARA MELHORAR O DESEMPENHO DE ALUNOS NA PROVA BRASIL

Elenise Neuhaus Diniz
Carine Girardi Manfio
Carla Loureiro Alves Kleinubing
Felipe Klein Genz
Welington dos Santos Ruis

DOI 10.22533/at.ed.6101910076

CAPÍTULO 7 69

ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Walterlina Brasil
Clésia Maria de Oliveira
Aline Andriolo

DOI 10.22533/at.ed.6101910077

CAPÍTULO 8 82

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, SISTEMAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Maytê Cabral Mesquita
Maria Carolina Tomás
Kleber Jacques Ferreira de Souza
Leandro Figueira Lessa

DOI 10.22533/at.ed.6101910078

CAPÍTULO 9 93

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DOS CONTEÚDOS ESCOLARES: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA PELO OLHAR DAS TEORIAS CRÍTICAS

Deli Vieira Silveira
João Luiz Gasparin

DOI 10.22533/at.ed.6101910079

CAPÍTULO 10 106

AVALIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INDICADORES E MAPEAMENTO DE PROCESSOS

Guilherme Krause Alves
Luciane Stallivieri
Rogério da Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.61019100710

CAPÍTULO 11 119

AVALIAÇÃO DA PESQUISA DESENVOLVIDA NA UFSC EM PARCERIA COM AS SUAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Carla Cerdote da Silva
Alexandre Marino Costa
Lilian Wrzesinski Simon
Alexandre Moraes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.61019100711

CAPÍTULO 12	136
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dário Rogério da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.61019100712	
CAPÍTULO 13	155
AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES: SISTEMA OU PROCESSO?	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Vinícius Silva Flausino	
DOI 10.22533/at.ed.61019100713	
CAPÍTULO 14	166
AVALIAÇÃO DO ENSINO DA SUSTENTABILIDADE NOS MELHORES CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL DO BRASIL	
Juliana Ferreira Bezerra Moccock Felipe Guilherme de Oliveira Melo Ângela Tainá da Silva Monteiro Clarissa Nogueira Pessoa Isabela Nascimento Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.61019100714	
CAPÍTULO 15	183
AVALIAÇÃO FORMATIVA DOCENTE E DISCENTE EM DIFERENTES CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL: UMA REFLEXÃO COMPARATIVA	
Fernanda Sprada Lopes Silvana Mara Bernardi Rizotto Ivo José Both	
DOI 10.22533/at.ed.61019100715	
CAPÍTULO 16	189
INSTRUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	
Carin Carvalho Brugnara	
DOI 10.22533/at.ed.61019100716	
CAPÍTULO 17	203
NOVA PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO NAS LICENCIATURAS: A CONFECÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Ezequias Cardozo da Cunha Junior Augusto Helberty Silva	
DOI 10.22533/at.ed.61019100717	
CAPÍTULO 18	211
O AMBIENTE ESCOLAR: A RELAÇÃO ENTRE O ESPAÇO EDUCACIONAL E A APRENDIZAGEM	
Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.61019100718	

CAPÍTULO 19	217
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.61019100719	
CAPÍTULO 20	235
REFLEXÃO NARRATIVA E ANÁLISE DA MINHA PRÁTICA COMO DOCENTE	
Rubens Paulo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.61019100720	
CAPÍTULO 21	251
RELAÇÃO DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO COM <i>PERFORMANCE</i> : O CASO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIAS	
Jênifer de Brum Palmeiras	
Denize Grzybovski	
DOI 10.22533/at.ed.61019100721	
CAPÍTULO 22	271
TECNICAS MISTAS DE COLETA DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS DOS PROFESSORES ESPECIALISTAS DA UNNE	
Rocio Mariel Obez	
Laura Isabel Avalos Olivera	
Marlene Soledad Steier	
Milena María Balbi	
DOI 10.22533/at.ed.61019100722	
CAPÍTULO 23	284
USO DE ABORDAGEM QUALITATIVA EM PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	
Edilson Carlos Caritá	
Manoel Henrique Cintra Gabarra	
Carlos Eduardo Saraiva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.61019100723	
CAPÍTULO 24	294
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: FLUÊNCIA TECNOLÓGICO-PEDAGÓGICA NA REDE E-TEC BRASIL UFSM	
Sabrina Bagetti	
Alessandro Carvalho Miola	
Elena Maria Mallmann	
DOI 10.22533/at.ed.61019100724	
SOBRE O ORGANIZADOR	309

REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Rafael Martins Sais

Mestre em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos, Brasil e servidor técnico-administrativo na Universidade Federal do Pampa
rafaelsais@unipampa.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Institucional, SINAES, Projeto de Avaliação.

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO: Os processos de avaliação institucional têm tomado forma e dimensões que vem servindo como parte quase exclusiva do processo regulatório do Estado brasileiro para instituições públicas, privadas e até mesmo as comunitárias. O estudo foi realizado em torno da proposta de avaliação institucional regulamentada no âmbito da Universidade Federal do Pampa, uma Universidade pública do Brasil, caracterizando-se como um estudo de caso. Os resultados da pesquisa mostraram que, dado a natureza multicampi, o projeto de avaliação da Universidade apresentam algumas características exclusivas que as distinguem de outras universidades como a organização de seu projeto de avaliação composto por “ciclos avaliativos” realizados a cada três anos, a contar do ano de 2012. As conclusões são de que o processo da referida Universidade são muito novos e nascem de uma forma complexa para produzir grandes reflexos da práxis acadêmica em diferentes contextos e principalmente poder adequar-se ao planejamento institucional referendado.

Os processos de avaliação institucional têm tomado forma e dimensões em que as políticas de avaliação em larga escala se apresentam, para a sociedade, como a solução de muitos problemas do processo de gestão da Universidade. Por outro lado existem teorias e pesquisas que defendem a necessidade de um processo avaliativo amplo, por parte da própria comunidade acadêmica sem qualquer influência ou participação da gestão na sua condução tornando-a independente e permitindo-lhe o trabalho de autocrítica. Distante destes dois conceitos antagônicos, entendemos que o modelo e os processos de gestão educacional, travados a partir do modelo implantado pelo Estado brasileiro através da política nacional de avaliação, conhecida como sistema Nacional de Avaliação da Educação – SINAES precisa ser aperfeiçoado para que os pressupostos iniciais mencionados possam ser combatidos.

Para Leite [1] “A Universidade como a conhecemos é uma instituição contraditória”. Ela se apresenta como produtora, disseminadora e ao mesmo tempo como retransmissora de

conhecimentos que são peculiares a outras formas de estrutura ou organização. Por isso, trata-la como uma forma de avaliação de forma habitual é permitir que algumas práticas relacionadas a outros tipos de instituições (públicas ou não) sejam tratadas de forma superficial ou até mesmo não relacionadas, principalmente aquelas cujo trabalho pedagógico exigem no dia-a-dia das instituições.

Como diz Catani, Oliveira e Dourado [2] estes debates e discussões “visualizam a avaliação como ferramenta central das reformas educacionais que marcam a história recente da educação superior, desencadeando alterações nas concepções dos modelos de avaliação, regulação, gestão e controle da produção acadêmica das IES”. Por esses pressupostos entendemos que o modelo de Avaliação, discutido ao longo deste trabalho exprimem algumas concepções políticas, ideológicas e até mesmo programáticas distintivamente sobre a educação superior, em que se percebem algumas das disputas no campo da Avaliação Institucional dentro de todo o sistema/processo.

Algumas das finalidades da avaliação têm sido, segundo Rodriguez Gomes (2004) *apud* Barreyro e Rothen [3]: oferecer parâmetros que garantam a qualidade da educação para os usuários e os empregadores, favorecer a melhoria da qualidade dos serviços, servir de instrumento de prestação de contas, estimular e regular a concorrência entre instituições, implantar mecanismos de controle do investimento dos recursos públicos, supervisionar a iniciativa privada na provisão de um bem público, reconhecimento de créditos entre programas e aptidão para receber recursos públicos.

Nossa proposta neste trabalho é “*avaliar a avaliação*”, neste caso, analisando o projeto de Avaliação Institucional proposto pela Universidade Federal do Pampa.

1.1 Justificativa

O processo de Avaliação vigente para as Universidades brasileiras se apresenta como um dos grandes desafios da gestão universitária na atualidade. Conduzido dentro de um sistema complexo que é o Sistema de Avaliação da Educação Superior no Brasil, representa uma política pública que mescla o processo Avaliativo com o processo regulatório, conduzido pelo Estado com resultado de um entendimento ainda difuso de capacidades e realizações.

Ainda assim a necessidade de conduzir a Avaliação mescla elementos da condução da Gestão Universitária e também gestão jurídica em que obriga as instituições a possuírem uma determinada equipe e produtos¹ e realiza-la para que se consiga atender a necessidade do processo regulatório de seus cursos na educação superior, mesmo que boa parte do seu processo, seja, de fato, um processo pedagógico e de autoconhecimento como afirmam muitos teóricos.

Sobretudo, entendemos que nosso estudo das questões pertinentes a esse

1. O conceito de produtos, neste caso, se refere aos produtos da avaliação no âmbito da legislação brasileira: Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios da Autoavaliação e outros evidenciados no documento conhecido como “Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior” que será, na sequência da leitura conhecido.

processo se faz necessário e é relevante, entre outros motivos, pelas contribuições que pode possibilitar para o conhecimento sobre a avaliação da educação superior brasileira e a avaliação institucional, bem como para a constituição de práticas avaliativas propositivas. Entre esses elementos podem ser destacados: o alcance em que a cultura de avaliação se constituiu como prática instituinte e instituída nas IES e as metodologias adotadas para a realização da autoavaliação.

A necessidade real deste trabalho é dialogar, analisando como um projeto de avaliação institucional, de uma universidade federal, criada após a promulgação da lei do SINAES, sem vícios anteriores ou experiências consegue conduzir [ou não] o seu processo de avaliação através do projeto de auto-avaliação.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo de Avaliação proposto pelo Estado apresenta-se como resultado de um esforço maior que marcou a necessidade de reconfiguração de um modelo anterior que se tornou obsoleto. Por outro lado discutir o tema da Avaliação e da Avaliação institucional é ter claramente definido que se trata de uma questão política, pois discutir uma política de avaliação é também entender os paradigmas pelos quais os Estados-Nação estão passando, claramente conhecidos na literatura como mudança de um Estado Educador para um Estado Avaliador, na concepção de Sá [4]. Por isso alguns autores entendem que essa necessidade era advinda como resultado do processo burocrático de administração do Estado.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, apresentado em 2004 é o modelo vigente de Avaliação das Instituições de Educação Superior brasileira de instituições públicas, privadas e comunitárias, de Faculdades, Centros Universitários e Universidades até os dias atuais cuja necessidade e abrangências o torna ainda mais complexo na sua condução e amplitude cujo resultado é em síntese um sistema avaliativo amplo e em larga escala da educação superior, ainda que não utiliza mais o *rankeamento* (ainda que essa prática já tenha utilizada no passado).

Conforme observado por Ristoff e Giolo [5] o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior surge de uma proposta política assumida pelo Programa de Governo do então candidato a presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto do pleito eleitoral de 2002, ainda que este assunto já tivesse sido previsto no Plano Nacional de Educação 2001-2010 estabelecido em lei federal no ano de 2001 e tornando-se efetivamente um Sistema em 2004 através da lei federal 10.861 de 14 de Abril de 2004. Neste mesmo sentido, ainda conforme os autores, a construção do SINAES buscou dar significado as experiências, objetivos e metas mais relevantes da avaliação da educação superior brasileira.

Os aspectos normativos, a dinâmica e a lógica processual que orientam a educação superior brasileira, no que se refere às avaliações de instituições e cursos de graduação, apontam a vinculação entre avaliação, regulação e supervisão. Isso

significa dizer que os resultados do SINAES, no seu conjunto ou em cada uma das dimensões que o integram, podem atender a finalidades diferenciadas, a depender das ações que serão implementadas com base nos seus resultados. Entretanto, e independentemente do fim a que se destinam, as avaliações realizadas objetivam subsidiar o aprimoramento de instituições e cursos, além de informar a sociedade em geral. Neste mesmo sentido:

“A avaliação da graduação assume um papel significativo no fortalecimento da educação superior, permitindo à sociedade, aos órgãos de gestão dessa modalidade de educação e às próprias instituições utilizá-la como instrumento diagnóstico importante para referenciar e definir políticas públicas relevantes para o desenvolvimento institucional e social” [6].

Segundo Polidori et al [7] O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais cujo objetivo é assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Ainda segundo as autoras este modelo de avaliação tem como base a avaliação institucional que compreende a avaliação externa e a avaliação interna, principalmente com seu componente central: a auto-avaliação.

Nos documentos posteriores a criação do SINAES se identificam os indicativos legais da visão de avaliação que esta sendo implantada, contudo, com a edição do decreto presidencial 3.860/2001 se identificam ainda os elementos que a contempla: os principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior: a avaliação do desempenho individual dos estudantes, das instituições de ensino superior (interna e externamente) e; a avaliação dos cursos superiores de graduação [6].

Para Ribeiro [8] o SINAES é composto por três processos: a avaliação dos cursos de graduação, a avaliação institucional e a avaliação do desempenho dos estudantes, o sistema é alimentado por diferentes agentes: a avaliação dos cursos, realizada por comissões de especialistas especialmente constituídas pelo INEP para esta finalidade; a avaliação do desempenho dos estudantes, realizada por estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de graduação; e a avaliação institucional, que é composta por dois processos avaliativos: auto-avaliação, realizada pela comissão própria de avaliação, constituída por membros da própria instituição e representante da sociedade civil organizada e, a avaliação externa, realizada por comissões de especialistas constituídas pelo INEP.

O documento “*Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior*” trás os elementos que contemplam a proposta de Avaliação Institucional avaliada no SINAES [6]:

- Grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;

- Plano de desenvolvimento institucional;
- Independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
- Capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
- Estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
- Critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
- Programas e ações de integração social;
- Produção científica, tecnológica e cultural;
- Condições de trabalho e qualificação docente;
- a autoavaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas;
- Resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação;

Ainda segundo o documento citado anteriormente o ponto de partida dos processos que constituem o sistema avaliativo cada instituição realizará uma Autoavaliação que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação [6].

No entanto, como parte de um processo de desenvolvimento dos mecanismos de aperfeiçoamento do sistema do SINAES, a partir de 2007, a preocupação com o desenvolvimento institucional cede lugar à preocupação com o desempenho e, os efeitos regulatórios assumem papel de destaque nos processos de avaliação institucional segundo Ribeiro [8]. O SINAES abandona a lógica da avaliação formativa e acentua a lógica da avaliação somativa. Para Dias Sobrinho [9] a ênfase na regulação e, sobretudo, no ENADE, termina por produzir equívocos semelhantes àqueles produzidos pelo modelo anterior tais como: confundir avaliação de desempenho de estudante com avaliação de curso, a adoção de índices que permitem formação de *rankings* de cursos e de instituições, que favorecem menos ao aprimoramento da qualidade da educação superior e mais à competição entre as IES, à disputa por recursos e reconhecimento na mídia.

O SINAES se apresenta como um processo de mudança nos processos nacionais de avaliação da educação superior quando propõe o cessamento de uma lógica de avaliação em partes distintas e classificatórias, permitindo maior amplitude e integração dos processos avaliativos ainda que busque afastar-se das lógicas de avaliação em larga escala. Propõe ir além de uma avaliação vertical, gerando um processo que parte da Instituição, passando pela ação mediadora do poder público e retorna a própria Instituição. É coerente com uma concepção de avaliação como instrumento de política voltado para a defesa da qualidade, da participação e da ética na educação superior[10].

Com isso toma forma a necessidade de se entender o processo de avaliação interna, entendido como Autoavaliação. Para Dias Sobrinho [11], é importante que a

avaliação envolva a participação de uma parte significativa da comunidade acadêmica e científica que produzam significados sobre as seguintes questões: importância social e relevância do conhecimento transmitido e gerado considerando as necessidades nacionais, ambientais, desenvolvimento sustentável, inclusão social, entre outros.

Quanto à organização das Comissões Internas de Avaliação, conhecidas como Comissões próprias de Avaliação (CPA), no Brasil, a legislação não estabelece regras específicas para a sua formação, no entanto, como citado anteriormente existem alguns parâmetros técnicos estabelecidos burocraticamente pelo Estado conhecidos através da Lei Federal nº 10.861/2004 (SINAES), a Portaria do Ministério da Educação nº 2.051/2004 e a Lei Federal nº 5.773/2006. Neste sentido a legislação acaba versando sobre a composição, natureza e função da CPA.

As referidas legislações definem também características singulares e pétreas como por exemplo que a comissão é autônoma em relação a gestão da Universidade ficando sob a sua responsabilidade o estabelecimento da regulamentação as CPA. Com isso, cada Instituição organiza seu modelo de composição e funcionamento dessas comissões com o objetivos de gerar resultados significativos esperados feita internamente.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza da pesquisa que estamos propondo é Qualitativa. Entendemos que a natureza da pesquisa qualitativa auxilia na descrição detalhada de fenômenos e dos elementos que o envolvem, no depoimento dos atores sociais envolvidos, nos discursos e na contextualização. Por consequência do tipo de pesquisa escolhido entendemos que o presente estudo pode ser considerado um estudo analítico, com vistas à obtenção de um esquema de análise exploratório-interpretativo, através do aprofundamento acerca do objeto analisado. No entanto entendemos que a pesquisa se desenvolveu por meio de um estudo de caso, como estratégia de investigação, contemplando descrições, conceituações e explicações.

A escolha do estudo de caso como estratégia de investigação decorre principalmente do contexto da Universidade escolhida e da relação com o tema proposto da Avaliação Institucional. Segundo Dooley [12] os investigadores utilizam o método de investigação do estudo de caso para produzir nova teoria, contestar, desafiar ou explicar.

O caso escolhido foi aplicado na Universidade Federal do Pampa – Unipampa, uma Universidade pública criada no ano de 2008 pelo governo federal e fruto do Programa de Governo denominado de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI do governo do Brasil.

A Unipampa está presente em 10 cidades do Brasil no estado do Rio Grande do Sul: Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Uruguaiana, Itaqui, Alegrete, São Borja, São Gabriel, Caçapava do Sul e Jaguarão e iniciou suas atividades em 2006 com

o apoio das Universidades Federais de Pelotas (UFPEL) e de Santa Maria (UFSM) e das prefeituras municipais das dez cidades-sede. Iniciando suas atividades durante o mesmo ano de anúncio de criação (2006), a Universidade ofereceu, naquele momento, 30 cursos de graduação e 1.500 vagas em todas as 10 cidades-sede mencionadas.



Figura 1- Presença da Universidade no estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Site da Universidade

A UNIPAMPA foi formalizada através da Lei 11.640 de 11 de Janeiro de 2008, depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional e sanção do Presidente da República. Sua criação faz parte da estratégia governamental de implantar centros de ensino (Universidades ou Centros de Educação Tecnológica) fora dos espaços sociais convencionais (capitais ou grandes centros urbanos). O objetivo da Universidade é o ensino superior, desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promoção da extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi no Rio Grande do Sul (BRASIL [13]). Cada uma das unidades em cada cidades-sede também é chamada de Campus, sendo estabelecida como unidade universitária dotada de corpo docente e técnico-administrativo e de infraestrutura próprios onde cada campus constrói sua identidade acadêmica, científico e cultural por meio de cursos de graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa e inovação, e atividades de extensão. Como forma de organização cada Campus tem estruturado seus cursos (de graduação e pós-graduação) a partir das diferentes potencialidades locais e de diferentes desafios que cada uma das cidades tem encontrado historicamente.

Na atualidade, até 2017, a universidade apresentou os seguintes dados quantitativos: oferta de 64 cursos de graduação, 22 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 23 cursos de pós graduação *lato sensu*. No que se refere as vagas ofertadas, anualmente, na instituição são ofertadas mais de 3.180 vagas na graduação e mais de 700 na pós graduação (*lato* e *stricto sensu*). Já o tamanho da comunidade universitária mensurada é de 10.734 alunos matriculados na graduação, 1.193 alunos da pós-graduação, 940 docentes e 898 técnicos-administrativos em educação.

4 | RESULTADOS ENCONTRADOS

De acordo com o Regimento Geral da Universidade a avaliação na Universidade é entendida como um processo “permanente que permite rever ações praticadas e conjugar avaliações realizadas por agentes internos e externos à Universidade, para o planejamento de ações futuras” (Unipampa, [14]). Historicamente, a instituição da Comissão Própria de Avaliação da Unipampa nos termos da legislação comentada anteriormente ocorreu através de uma resolução apenas em outubro de 2010 após ser aprovada pelo Conselho Universitário. Essa resolução permitiu a universidade definir, objetivamente, as atribuições da comissão como um órgão colegiado permanente que tem como a atribuição “do planejamento e a condução dos processos de avaliação interna da UNIPAMPA a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e pelos órgãos da Administração Superior da UNIPAMPA”. A comissão, se constitui com atribuições autônomas em relação a Gestão da Universidade, teve em seus regramentos internos a obediência as normas da comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Uma das principais características da CPA na Universidade expressa em seu Regimento é a sua composição: A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica (um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa), e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLA's, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. Uma das características da CCA é o quantitativo: ao todo 22 pessoas representando os comitês locais de avaliação (5 docentes, 5 técnico-administrativos em educação, 5 discentes, 3 representantes da sociedade civil), representantes das comissões superiores (1 da comissão superiora de ensino, 1 da comissão superiora de pesquisa e 1 da comissão superiora de extensão) e o Coordenador de Avaliação representando a Administração da Universidade. Esta composição foi a encontrada pela instituição para garantir, a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada campus e das três atividades fins da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), a globalidade da Instituição, de forma a garantir a unidade institucional, apesar da diversidade que a caracteriza como Instituição *multicampi*.

Constituem-se como pauta do Projeto de Avaliação a autoavaliação das dez dimensões do SINAES adaptadas às dimensões do Plano de Desenvolvimento Institucional definindo assim as áreas de avaliação institucional, da seguinte forma: Ensino de Graduação; Ensino de Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão; Gestão; Infraestrutura; e Assistência Estudantil (Conforme quadro 1). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas. Para a avaliação de cada uma das dimensões, definiu-se um conjunto de indicadores que, posteriormente, ao serem analisados pelas áreas afetas às

dimensões avaliadas, foram por essas áreas validados. Tal validação foi necessária pelo entendimento de que o rol de indicadores que compõem o processo avaliativo deve ser responsivo à realidade de cada área, para que seus resultados sejam, efetivamente, úteis às respectivas ações de planejamento (Unipampa, 2010).

Dimensão do SINAES	Dimensões da Unipampa
Missão e o PDI	Gestão
A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização.	Ensino de Graduação Ensino de Pós-Graduação Pesquisa Extensão
A responsabilidade social da Instituição	Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Assistência Estudantil e Infraestrutura
A comunicação com a sociedade	Gestão
As políticas de pessoal	Gestão
Organização e gestão da Instituição	Gestão
Infraestrutura física	Infraestrutura
Planejamento e Avaliação	Gestão
Políticas de Atendimento ao Estudante	Assistência Estudantil
Sustentabilidade Financeira	Gestão

Quadro 1 – Dimensões dos SINAES *versus* Dimensões da Unipampa

Fonte: UNIPAMPA (2014), com adaptações pelo autor.

5 | CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa mostraram que, dado a natureza *multicampi* da Universidade pesquisada, o seu projeto de avaliação apresentam algumas características exclusivas que as distinguem de outras universidades como a organização em “comitê local de avaliação” no âmbito da Unidade Universitária (*campus*) e “comitê central de avaliação” composto por representantes dos comitês locais, administração da universidade, discentes e membros externos que concentram os resultados das Unidades em uma única avaliação “da Universidade”.

Este processo interno, conduzido por estes atores com autonomia no âmbito da Universidade, é que tem a competência para produzir os resultados da avaliação no âmbito da Universidade. Todavia, por não conter atores da gestão da Universidade em sua integralidade ou boa parte dela, apresenta alguns desafios neste sentido como o comprometimento com o resultado do processo.

Outra particularidade encontrada no seu projeto de Avaliação é sua composição em “ciclos avaliativos” com os quais, ainda que nas proposições e eixos estruturadores do SINAES, as dimensões são avaliadas resultando em um processo de avaliação anual, em que algumas dimensões são avaliadas a cada ano. Conseqüentemente um processo/projeto de avaliação que se concretiza, integralmente, num período de 3

anos ao olhar todas as dimensões a que se propõe acaba se tornando longo e talvez não efetivo como poderia.

Partindo de nossos objetivos de analisar o “projeto de Avaliação” entendemos que o mesmo é complexo desde a sua conceituação, cujos conceitos, adaptados de projetos avaliativos de outras Universidades, ainda não conseguem dialogar com outras políticas da instituição, tornando-o de fato, um *documento* e não uma *práxis*.

Em nossas conclusões entendemos que o processo Avaliativo da Universidade é muito novo e nascem de uma forma complexa para produzir significado interna e externamente. Mesmo que, dentro da política proposta pelo SINAES sua utilização e necessidade de produzir significações seja imediata, visando, sobretudo, a finalidade de utilização dentro de um processo de planejamento e melhoria continua da Universidade e de seus processos.

Ainda, em nossas conclusões, se pode observar que os processos avaliativos precisam refletir situações estáticas temporalmente e situações planejadas e realizadas da *práxis* acadêmica, em diferentes contextos e principalmente adequar-se ao planejamento institucional, fato que, na atualidade, dado o projeto de desenvolvimento institucional vigente, ainda não conseguiu refletir as mudanças necessárias.

REFERÊNCIAS

Leite, Denise. Reformas Universitárias: Avaliação Institucional Participativa. Vozes (2005)

Catani, A. M.; Oliveira, J. F.; Dourado, L. F.: As políticas de gestão e de avaliação acadêmica no contexto da reforma da educação superior. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. (Org.) Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. Cortez, (2004)

Barreyro, G.B.; Rothen, J.C.: “Sinaes” contraditórios: Considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de Avaliação da Educação Superior. Educação e Sociedade. v. 27 n. 96. (2006)

Sá, Virginio. A (auto)avaliação das escolas: “virtudes” e “efeitos colaterais”. Ensaio. v. 17 n.62 (2009)

Ristoff, D.; Giolo, J.; O Sinaes como Sistema. RBPG. V.3 n.6. (2006)

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Brasília. (2003)

Polidori, M.; Marinho-Araujo, C.; Barreyro, G. B.: SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio. V.14 n.53. (2006)

Ribeiro, J.: SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 143-161 (2015)

Dias Sobrinho, J.: Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba-SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, (2010)

Brasil. Ministério da Educação. SINAES: Orientações Gerais para o roteiro da Autoavaliação das Instituições. 2004.

Dias Sobrinho, J.: Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. Cortez (2003)

DOOLEY, L. Case Study Research and Theory Building: Advances in developing Human Resources (2002).

Brasil. Lei Federal 11.640 de 11 de Janeiro de 2008. Cria a Universidade Federal do Pampa. Brasília (2008)

Universidade Federal do Pampa. Regimento Geral (2009b)

Universidade Federal do Pampa. Relatório de Gestão 2009. (2010)

Universidade Federal do Pampa. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 (2014)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-461-0



9 788572 474610